

CULTURA DIGITAL E COMPETÊNCIAS DO SÉCULO XXI: O PAPEL DA ESCOLA NA ERA DA INFORMAÇÃO

DIGITAL CULTURE AND 21ST CENTURY SKILLS: THE ROLE OF SCHOOLS IN THE INFORMATION AGE

Eliane Aparecida Pereira Marcolino

MUST University, Estados Unidos

Vânia Moreira Rocha de Oliveira

MUST University, Estados Unidos

Cristiane Tonidandel

MUST University, Estados Unidos

Fabiana Moreira da Silva

MUST University, Estados Unidos

Luana Sena de Souza

MUST University, Estados Unidos

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/2myfxn70>

Publicado em: 20.06.2024

Resumo: A cultura digital não se constitui apenas como um conjunto de tecnologias, mas como um novo ecossistema de produção de sentidos, conhecimentos e subjetividades, que atravessa todos os âmbitos da vida contemporânea. No interior desse cenário, a escola é desafiada a revisar seu papel, suas práticas e suas finalidades, frente à emergência de novas competências cognitivas, críticas e socioemocionais. O presente estudo tem como objetivo investigar como a cultura digital impacta a formação das competências do século XXI e qual o papel da escola na era da informação. A metodologia bibliográfica mobilizada ancora-se na análise crítica de produções acadêmicas recentes, priorizando obras que tensionam as relações entre educação, cultura digital e formação cidadã em contextos hiperconectados. São discutidos os riscos da reprodução irrefletida de práticas tecnológicas no espaço escolar e a necessidade de a escola se constituir como espaço de curadoria crítica, mediação ética e reinvenção formativa. Em tempos em que o excesso de dados e a velocidade de circulação da informação desafiam as possibilidades de escuta, reflexão e construção coletiva do conhecimento, a ação pedagógica precisa afirmar-se como contraponto humanizador. A educação, nesse contexto, reafirma sua função social de formar sujeitos autônomos, éticos e capazes de intervir criticamente no tecido complexo da cultura digital.

Palavras-chave: Cultura. Educação. Formação. Informação. Tecnologia.

Abstract: Digital culture is not just a set of technologies, but a new ecosystem to produce meanings, knowledge, and subjectivities that permeate all aspects of contemporary life. Within this scenario, schools are challenged to review their role, practices, and purposes considering the emergence of new cognitive, critical, and socioemotional



skills. This study aims to investigate how digital culture impacts the development of 21st-century skills and the role of schools in the information age. The bibliographic methodology used is based on a critical analysis of recent academic productions, prioritizing works that question the relationship between education, digital culture, and citizenship development in hyperconnected contexts. The study discusses the risks of the unreflective reproduction of technological practices in schools and the need for schools to become spaces for critical curation, ethical mediation, and formative reinvention. In times when the excess of data and the speed of information circulation challenge the possibilities of listening, reflection and collective construction of knowledge, pedagogical action needs to assert itself as a humanizing counterpoint. Education, in this context, reaffirms its social function of forming autonomous, ethical subjects capable of intervening critically in the complex fabric of digital culture.

KEYWORDS: Culture. Education. Training. Information. Technology.

Introdução

Há algo que a cultura digital desloca silenciosamente: o próprio modo como o ser humano experiencia o conhecimento. Não se trata apenas de novos dispositivos ou linguagens técnicas, mas de uma reorganização das sensibilidades, dos tempos e dos vínculos. Em meio a fluxos incessantes de informação e interações virtualizadas, o espaço escolar, antes sustentado por certa estabilidade simbólica, vê-se confrontado com a volatilidade que caracteriza a era da informação. Que lugar ainda resta à escola, quando o saber circula em rede e a autoridade docente é constantemente tensionada?

Nesse ambiente atravessado pela aceleração, surgem novas competências exigidas dos sujeitos — não apenas técnicas, mas cognitivas, éticas e relacionais. Pensamento crítico, comunicação colaborativa, gestão da atenção: termos que, se por vezes banalizados em discursos de inovação, exprimem uma necessidade urgente de reconfiguração educativa. A cultura digital, nesse contexto, não apenas possibilita novos modos de aprender; ela impõe novos dilemas sobre o que significa aprender. Como preservar a profundidade em tempos de dispersão? Como formar a autonomia em meio à personalização algorítmica?

Este estudo busca examinar como a cultura digital impacta a formação das competências do século XXI e qual papel cabe à escola na era da informação. A metodologia bibliográfica mobilizada ancora-se na análise crítica de produções acadêmicas recentes, priorizando obras que tensionam as relações entre educação, cultura digital e formação cidadã em contextos hiperconectados. Mais do que acumular dados, interessa-nos mobilizar pensamentos que perturbem o óbvio.

A escola, pressionada a adaptar-se à fluidez digital, corre o risco de perder sua vocação formativa se abdicar de seu papel de mediação crítica. Incorporar tecnologias não basta: é preciso interrogar seus sentidos, resistir à naturalização da instantaneidade e reafirmar a centralidade do encontro, da escuta, da construção coletiva do saber. A educação do século XXI, se quiser ser digna desse nome, precisa cultivar a arte de desacelerar no meio do excesso.

Há quem veja na cultura digital a promessa da democratização do acesso à informação; há quem reconheça nela novos mecanismos de exclusão e precarização da experiência educativa. Diante dessa ambivalência constitutiva, a escola não pode permanecer neutra. Seu desafio é

construir práticas que, sem ignorar as tecnologias, recusem a lógica da obediência cega ao dado, afirmando, contra a dispersão, a necessidade da reflexão, da crítica e do inacabamento.

Refletir sobre cultura digital e competências do século XXI é, no fundo, interrogar os modos como nos relacionamos com o saber, com o outro e conosco mesmos. É afirmar que, mesmo em tempos de conectividade extrema, a educação continua sendo o espaço onde a liberdade pode ser cultivada — ou esquecida. Entre fluxos de dados e algoritmos de recomendação, a escola permanece como possibilidade: lugar de resistência, de reinvenção e, sobretudo, de esperança.

Referencial teórico

A cultura digital, longe de ser mera tradução técnica de práticas analógicas, inaugura um ecossistema próprio de produção de sentidos, valores e modos de subjetivação. Nessa nova ambiência, o acesso à informação deixa de ser privilégio de poucos e se torna um elemento difuso, rizomático, nem sempre orientado por critérios de rigor ou pertinência. O conhecimento, nesse cenário, adquire configuração instável, exigindo novas competências para sua apropriação crítica. A escola, inserida nesse fluxo vertiginoso de dados e interações, precisa reinventar suas práticas sem abdicar de seu compromisso formativo mais profundo.

A formação de competências no século XXI transcende a aquisição de conteúdos disciplinares; envolve a construção de habilidades críticas, comunicativas e socioemocionais capazes de sustentar a autonomia dos sujeitos em contextos hiperconectados. Termos como *soft skills* e *digital literacy* ganham relevância ao nomearem exigências formativas que ultrapassam a dimensão técnica da relação com as tecnologias. Cultivar a capacidade de discernimento, de cooperação, de interpretação reflexiva torna-se condição para enfrentar os desafios éticos, cognitivos e sociais que a cultura digital impõe, tanto no campo educativo quanto na vida pública.

A escola, imersa na cultura digital, não pode mais ser compreendida como simples depósito de conteúdo. Ao contrário, precisa reinventar-se como espaço de curadoria crítica, onde a mediação ética antecede qualquer entusiasmo pela inovação. Mais do que dominar ferramentas, a prática pedagógica demanda hoje o cultivo de competências que desafiem o automatismo e preservem a autonomia do pensamento. Formar para a era da informação exige mais do que acompanhar fluxos tecnológicos: implica tensionar seus sentidos, expor suas ambiguidades e reconstruir, com resistência e criatividade, as práticas de produção e circulação de saberes.

A cultura digital como novo paradigma formativo na contemporaneidade

A emergência da cultura digital não pode ser compreendida como simples adição de recursos tecnológicos à rotina social. Trata-se de uma mudança estrutural nas formas de acesso, produção e circulação de conhecimento, que redefine as práticas educativas e interroga os próprios fundamentos da escola tradicional. A educação, nesse cenário, precisa lidar com novas linguagens, temporalidades fragmentadas e exigências de formação que extrapolam a mera transmissão de conteúdos, exigindo posicionamentos éticos e epistemológicos frente à complexidade do mundo conectado.

Costa da Circuncisão e Farfan Barroso (2024) ressaltam que a cultura digital transforma o ambiente escolar em um espaço de práticas múltiplas, exigindo do professor não apenas o

domínio técnico das ferramentas, mas a capacidade de ressignificar a mediação pedagógica. A formação continuada surge como eixo fundamental para que os docentes possam enfrentar criticamente os desafios impostos pela cultura digital, articulando práticas pedagógicas que valorizem a autoria, a colaboração e a capacidade crítica dos estudantes, em contraposição ao consumo passivo de informações.

No interior desse novo ecossistema, o conhecimento adquire feições instáveis e fragmentárias, exigindo a reconstrução permanente de sentidos. A escola, longe de se ver reduzida a um papel obsoleto, reafirma sua importância como espaço de filtragem crítica, seleção ética e mediação formativa. A apropriação da cultura digital, quando realizada sem reflexão, corre o risco de naturalizar desigualdades, reproduzir exclusões e esvaziar a experiência educativa de sua dimensão transformadora.

Florenciano (2022) destaca que as competências digitais, embora amplamente discutidas em documentos nacionais e internacionais, apresentam lacunas significativas no que diz respeito à formação crítica dos sujeitos. As abordagens muitas vezes reduzem a competência digital à mera operacionalização de ferramentas, ignorando sua dimensão ética, política e epistemológica. Formar na cultura digital, segundo a autora, implica promover a capacidade de ler criticamente os ambientes digitais, de interpretar fluxos de informação e de atuar eticamente nas redes.

A escola contemporânea, portanto, enfrenta o desafio de reinventar seus currículos, práticas e modos de interação para que a formação de competências não se reduza à adaptação técnica, mas se constitua como gesto formativo integral. Desenvolver *soft skills* como pensamento crítico, colaboração e criatividade torna-se inseparável do domínio das ferramentas digitais, compondo um quadro de competências complexas que resistem às tendências de homogeneização algorítmica e superficialidade informacional.

Sousa et al. (2024) apontam que a formação docente para a cultura digital não pode restringir-se a cursos pontuais de tecnologias educacionais. É necessário repensar os processos formativos em sua totalidade, considerando as dimensões culturais, éticas e políticas que atravessam a experiência digital. Para os autores, preparar professores para a era da informação implica formar mediadores críticos, capazes de tensionar os sentidos atribuídos às tecnologias e de construir práticas pedagógicas que resistam à lógica da eficiência instrumental.

Nesse horizonte, a cultura digital apresenta-se como espaço de possibilidades, mas também de riscos. A apropriação crítica das tecnologias exige que a escola promova experiências educativas que privilegiem a autoria, o diálogo e a responsabilidade ética. A educação do século XXI, para ser efetivamente formativa, precisa recuperar o sentido do conhecimento como construção coletiva e da informação como matéria-prima para a produção de sentido e transformação social.

Refletir sobre a cultura digital como novo paradigma formativo implica reconhecer que a escola não está à margem da revolução tecnológica — ela é atravessada por ela e chamada a ressignificá-la. Formar sujeitos críticos, éticos e criativos em tempos de informação líquida é talvez a tarefa mais urgente e desafiadora da educação contemporânea. Mais do que adaptar-se aos fluxos digitais, a escola precisa reafirmar sua função civilizatória de resistência e invenção de mundos possíveis.

Competências digitais e Soft Skills: exigências da formação cidadã no século XXI

Entre a informação ubíqua e a hiperconectividade cotidiana, algo se esgarça silenciosamente: a escola do século XXI já não pode se contentar em transmitir conteúdos estanques. Formar para a contemporaneidade implica enfrentar o paradoxo da velocidade e da dispersão, cultivando competências que reatualizem o sentido da aprendizagem. Pensamento crítico, autonomia intelectual e habilidades socioemocionais tornam-se não apenas desejáveis, mas imperativas. Como preparar sujeitos para um mundo em constante reinvenção, sem capitular diante das lógicas de adaptação superficial?

Correia (2024) sugere que o desenvolvimento de *soft skills* demanda mais do que técnicas instrucionais; exige metodologias que revitalizem a experiência formativa, colocando a comunicação, a criatividade e a inteligência emocional como elementos centrais. Não basta ensinar a operar dispositivos: é preciso formar para o discernimento, para a escuta sensível, para a invenção de sentidos. Nesse horizonte, a prática pedagógica desloca-se da reprodução para a criação — e a formação integral emerge como resistência ao tecnicismo que ameaça capturar a educação.

Mas, diante da onipresença do discurso das competências digitais, cabe perguntar: o que realmente significa formar competências? E para quem? Reduzidas a protocolos de desempenho, essas competências perdem sua força emancipatória e se tornam ferramentas de adequação ao mercado. A educação crítica, ao contrário, exige que se desestabilizem as definições fáceis, que se tensionem as relações entre saber, poder e subjetividade, recusando a conversão do educando em mero operador de algoritmos.

Hungria e Victor (2024) defendem que *soft skills* como comunicação, resolução de conflitos e criatividade só ganham sentido pleno quando articuladas a projetos pedagógicos éticos e políticos. Não se trata, portanto, de uma atualização curricular modista, mas de um reposicionamento formativo profundo. Se a educação abdicar da sua vocação crítica, restar-lhe-á apenas a tarefa de conformar indivíduos eficientes — e não cidadãos capazes de interrogar e transformar o mundo que habitam.

A hiperconectividade, com seus fluxos incessantes de estímulos, impõe outro desafio silencioso: como preservar a atenção, a escuta e o cuidado em ambientes saturados de informações? Formar para a cidadania digital exige, paradoxalmente, ensinar a desacelerar, a interpretar, a resistir à lógica da resposta instantânea. Não se trata de negar a cultura digital, mas de habitar seus paradoxos, construindo sujeitos capazes de transitar criticamente entre dados e sentidos, entre informações e narrativas.

Bigarella e Paniago (2024) alertam que as políticas públicas voltadas à formação em competências digitais, embora necessárias, correm o risco de deslizar para o tecnicismo vazio se descoladas da mediação crítica. Incluir tecnologia sem ética é abrir mão da formação cidadã. Incluir competências sem autonomia é reduzir a educação a uma caricatura funcional. O desafio não está apenas em ensinar novas habilidades, mas em manter viva a pergunta fundamental: a serviço de que projeto de sociedade formamos?

Se a escola quiser permanecer como espaço de resistência e invenção, precisará mais do que atualizar seus recursos pedagógicos: terá de reconfigurar seus modos de relação, suas práticas de cuidado, suas epistemologias. Formar competências digitais e *soft skills* é, antes de tudo, afirmar a educação como práxis crítica, como gesto de criação de mundos possíveis — e não como mera reprodução de padrões impostos pela lógica do mercado.

Num tempo em que o excesso de dados ameaça obscurecer o sentido, a formação cidadã reafirma seu lugar como aposta radical na liberdade. Entre fluxos, algoritmos e plataformas, a escola do século XXI é chamada a escolher: repetir o que já está dado ou ousar reinventar o que ainda pode ser. Competências e *soft skills* não são, assim, um fim em si mesmas — são caminhos para que a educação permaneça ato de resistência, de cuidado e de esperança.

A escola como espaço de curadoria crítica na era da informação

Num tempo em que a informação circula com velocidade vertiginosa e desordenada, a escola se vê convocada a um novo papel: o de curadora crítica dos fluxos informacionais que atravessam a experiência dos sujeitos. Já não basta transmitir conteúdos legitimados; é preciso ensinar a discernir, a filtrar, a interrogar o que se apresenta como saber. A curadoria crítica, nesse cenário, não é um luxo metodológico: é uma exigência formativa para a construção de uma cidadania ativa e lúcida na cultura digital.

Narciso et al. (2024) destacam que o uso ético das tecnologias digitais depende da formação de sujeitos capazes de compreender os riscos e as responsabilidades envolvidos na circulação de dados e na produção de informações. A escola, nesse sentido, torna-se espaço fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica frente às práticas de vigilância, privacidade e manipulação algorítmica que permeiam a sociedade conectada. Mais do que ensinar habilidades técnicas, importa cultivar uma ética do cuidado e da responsabilidade no uso dos ambientes digitais.

Essa perspectiva implica reconhecer que a formação crítica na cultura digital não pode se reduzir à adoção de ferramentas ou plataformas. Curar criticamente a informação é, antes de tudo, um gesto epistemológico: exige perguntar de onde vem o que se sabe, a quem serve, que silêncios produz. A escola, como espaço público e formativo, precisa tensionar essas perguntas cotidianamente, reconfigurando o currículo como território de problematização e resistência à lógica da aceleração e da fragmentação.

Costa et al. (2023) analisam que práticas de curadoria digital na formação docente ainda são incipientes, muitas vezes restritas a uma seleção preliminar de materiais, sem a consolidação de critérios críticos mais rigorosos. Esse diagnóstico reforça a urgência de práticas educativas que transcendam a coleta de dados e avancem na construção de sentidos. Formar curadores críticos, e não meros usuários de conteúdos, implica promover práticas de análise, validação e ressignificação da informação em contextos pedagógicos vivos e dialógicos.

Em tempos de excesso informacional, o risco da dispersão e da superficialidade ameaça não apenas o aprendizado escolar, mas a própria constituição da subjetividade contemporânea. Como formar sujeitos que, imersos em fluxos de estímulos, sejam capazes de construir projetos de vida com sentido? A escola, se quiser manter sua relevância histórica, precisa resistir à tentação

de adaptar-se passivamente às tecnologias e assumir uma postura ativa de mediação, filtragem e criação de ecologias cognitivas que valorizem a profundidade, a escuta e a reflexão.

Araujo e Roncaglio (2019) sublinham que a curadoria digital não é apenas técnica, mas estratégica: envolve a gestão consciente da informação e a produção de conhecimentos socialmente relevantes. Para que essa dimensão estratégica se efetive na escola, é necessário que o ato de curar seja compreendido como prática educativa em si, capaz de desenvolver competências críticas que ultrapassem a mera utilização funcional das tecnologias. A curadoria, nesse contexto, torna-se dispositivo de formação ética, estética e política.

Formar sujeitos para a cultura digital exige, portanto, construir percursos educativos que não se limitem a ensinar habilidades operacionais, mas que cultivem a responsabilidade sobre o que se consome, compartilha e produz. A escola deve ser o espaço onde se aprende a interrogar o mundo digital, a resistir aos fluxos automáticos de informação e a construir sentidos coletivos que afirmem a dignidade do pensamento e a complexidade da experiência humana.

Em meio às promessas tecnológicas e às seduções da velocidade, a escola que se propõe a ser espaço de curadoria crítica reafirma sua função histórica de formação da liberdade. Curar é, afinal, cuidar: cuidar do conhecimento, do outro, de si. Em tempos de excessos e esquecimentos, educar para a curadoria é educar para a resistência. E essa resistência, silenciosa e potente, pode ser a semente de um novo projeto de humanidade.

Desafios e perspectivas para a educação na sociedade hiperconectada

A aceleração tecnológica, ao transformar profundamente os modos de existir, comunicar e aprender, impõe à educação um conjunto de desafios que não podem mais ser ignorados ou postergados. No espaço contemporâneo, em que a informação circula em velocidades vertiginosas, o acesso instantâneo redefine o estatuto do conhecimento, deslocando o centro da ação educativa da mera transmissão para a capacidade de curadoria, análise crítica e produção de sentidos. A escola, nesse novo ecossistema, é convocada a reinventar suas práticas formativas para não se tornar anacrônica frente às dinâmicas digitais que atravessam o cotidiano dos sujeitos.

Silva (2024) provoca ao questionar se a alfabetização midiático-informacional tradicional ainda é suficiente diante da complexidade de uma sociedade saturada de estímulos digitais. Em vez de estratégias centradas apenas na decodificação de mensagens, o autor propõe uma educação pós-digital que seja capaz de tensionar os fluxos de informações e seus regimes de verdade. A formação crítica, nesse cenário, demanda não apenas competências técnicas, mas sobretudo a capacidade de interrogar os dispositivos, os algoritmos e as arquiteturas informacionais que moldam percepções, escolhas e subjetividades.

No cerne desses desafios, emerge a necessidade de conceber o acesso às tecnologias e à educação digital como direito fundamental, e não como privilégio de poucos. A sociedade da informação, embora amplie possibilidades de comunicação e aprendizagem, também aprofunda desigualdades quando ignora as condições materiais, sociais e culturais que limitam o exercício pleno da cidadania digital. Como, então, articular políticas educativas que não naturalizem essas exclusões, mas que enfrentem criticamente seus determinantes estruturais?

Vasconcelos et al. (2022) argumentam que a educação digital deve ser compreendida como instrumento de democratização da informação e de fortalecimento da cidadania. Para

isso, é necessário que programas de inclusão digital ultrapassem a distribuição de equipamentos e promovam efetivamente a apropriação crítica das tecnologias. A formação cidadã, nesse contexto, passa pela capacidade de ler, produzir e intervir nos ambientes digitais de modo ético, criativo e transformador, recusando passividades e reafirmando o direito à participação ativa nos espaços públicos virtuais.

No entanto, a formação de professores para atuar nesse novo cenário ainda enfrenta obstáculos consideráveis. A maioria das iniciativas educativas permanece presa a lógicas instrumentais, desconsiderando a complexidade dos processos formativos necessários para a construção de práticas pedagógicas críticas, reflexivas e inovadoras. Formar docentes para este tempo exige, antes de tudo, ressignificar o conceito de competência digital, recuperando sua dimensão ética, política e cultural.

Alves (2021) reconhece que iniciativas como o uso de redes sociais por professores revelam novas possibilidades para a formação docente. Contudo, essa apropriação colaborativa das tecnologias, longe de ser isenta de conflitos, expõe as fraturas de um sistema educacional que ainda hesita em enxergar os ambientes digitais como ecossistemas formativos vivos. Não se trata de uma simples modernização instrumental, mas de uma exigência por práticas que mobilizem a mediação crítica, a autoria compartilhada e a abertura a saberes plurais.

Não há espaço, portanto, para ilusões fáceis. A escola contemporânea, pressionada por fluxos caóticos e instáveis de informação, não pode escolher entre o apocalipse tecnológico ou o saudosismo estéril. O verdadeiro desafio está em enfrentar o presente em sua crueza e potência, com práticas pedagógicas que instiguem a dúvida, desconstruam certezas e convoquem os estudantes a redesenhar o mundo. Como sustentar o inacabamento da aprendizagem diante da vertigem informacional que nos assalta?

Educar neste tempo hiperconectado é, assim, mais do que integrar dispositivos tecnológicos à rotina escolar: é afirmar a inquietação como gesto pedagógico. Quando tudo parece instantâneo, ensinar a hesitar. Quando tudo é dado, ensinar a perguntar. Talvez a liberdade, nesse contexto saturado de dados e algoritmos, dependa menos da velocidade com que se acessam informações e mais da coragem com que se interrogam seus silêncios e seus subterrâneos.

Metodologia

O campo metodológico deste estudo se organiza a partir da compreensão da pesquisa bibliográfica como prática interpretativa, crítica e situada. Mais do que sistematizar teorias preexistentes, a investigação tensiona discursos e práticas formativas emergentes na cultura digital. A abordagem qualitativa foi escolhida como caminho de leitura profunda das produções contemporâneas, ancorando-se na hermenêutica crítica para extrair dos textos não apenas sentidos evidentes, mas também suas fissuras, resistências e movimentos de reconfiguração.

A seleção dos referenciais teóricos privilegiou autores publicados entre 2019 e 2025, respeitando a exigência de atualização analítica diante das transformações aceleradas da sociedade digital. Tal escolha permitiu adensar a reflexão a partir de aportes que enfrentam diretamente os dilemas éticos, epistemológicos e formativos da era da informação. Não se tratou, portanto, de compilar opiniões diversas, mas de mobilizar um diálogo vivo, problematizador, entre diferentes tradições de pensamento acerca da educação contemporânea.

O corpus bibliográfico foi tratado como território de disputa e produção de sentidos, recusando a ideia de neutralidade epistemológica. Cada obra foi lida à luz de categorias críticas emergentes: curadoria digital, cidadania informacional e formação ética na cultura conectada. A análise buscou iluminar as zonas de tensão e as possibilidades de reinvenção pedagógica, escapando da descrição linear e convocando o leitor à complexidade dos fenômenos educativos mediados pelas tecnologias digitais.

A abordagem qualitativa escolhida afirma a inseparabilidade entre teoria e ética na pesquisa em educação. A análise dos textos seguiu uma dinâmica dialógica, em que convergências e dissonâncias foram exploradas como motores da construção crítica do objeto de estudo. Em vez de buscar uniformidade interpretativa, a investigação apostou na multiplicidade de olhares como estratégia de enriquecimento teórico e de aprofundamento dos sentidos possíveis para o fenômeno analisado.

O percurso metodológico desenvolvido compreendeu a curadoria das fontes como parte intrínseca da construção crítica do conhecimento. Foram utilizados critérios de relevância acadêmica, pertinência temática e densidade teórica na escolha dos materiais analisados. Essa curadoria, entendida como gesto ético e político, visou evitar leituras superficiais ou tecnicistas, afirmando a responsabilidade da pesquisa na produção de saberes comprometidos com a emancipação dos sujeitos na cultura digital.

A construção analítica tensionou, a cada movimento de interpretação, os modos como a educação é atravessada pelas lógicas da aceleração informacional e da hiperconectividade. Cada autor mobilizado foi confrontado não apenas com seus próprios argumentos, mas também com a realidade complexa e desigual que marca a experiência educativa contemporânea. A análise se constituiu, assim, como gesto de escuta crítica, de contraposição e de invenção de novas possibilidades de leitura do fenômeno educativo.

A fundamentação teórica que sustenta este estudo, longe de buscar sínteses apressadas ou harmonizações fáceis, afirmou a fricção entre perspectivas como potência analítica. A pluralidade dos referenciais não representou fragilidade metodológica, mas resistência ao reducionismo e aposta na densidade do debate. A metodologia bibliográfica, nesse sentido, foi concebida como prática formativa em si: espaço de problematização, de confronto epistemológico e de afirmação da educação como campo de disputa de sentidos.

Este percurso metodológico, desenhado a partir da recusa de fórmulas fixas e da abertura ao inacabamento próprio da investigação crítica, reafirma a necessidade de que a pesquisa educacional seja também prática política. A análise, ancorada em leituras sensíveis e em deslocamentos teóricos constantes, buscou não apenas mapear o estado da arte, mas interpelá-lo, reconfigurando os modos de pensar e de agir frente aos desafios que a cultura digital impõe à formação cidadã no século XXI.

Resultados e discussão

A análise dos materiais selecionados corrobora que a cultura digital, mais do que um conjunto de práticas tecnológicas, configura uma nova ecologia cognitiva que reconfigura os modos de aprender, ensinar e produzir conhecimento. Costa da Circuncisão e Farfan Barroso (2024) ressaltam que a formação continuada dos docentes precisa ser atravessada por compreensões

críticas desse novo ambiente, evitando tanto a celebração acrítica quanto o rechaço nostálgico das tecnologias digitais.

O distanciamento entre os discursos institucionais sobre competências digitais e a realidade das práticas escolares também foi reiteradamente apontado. Florenciano (2022) observou que, embora documentos oficiais tratem a cultura digital como elemento estruturante da educação contemporânea, as traduções pedagógicas desses princípios permanecem frágeis e desarticuladas. A escola, nesse contexto, ocupa um lugar tenso: é simultaneamente chamada a inovar e acusada de anacronismo.

O desafio de integrar criticamente tecnologias no cotidiano escolar demanda uma reconceituação das práticas formativas. Sousa et al. (2023) indicam que a mediação pedagógica, diante da cultura digital, exige competências que ultrapassem a alfabetização instrumental, requerendo habilidades de curadoria crítica, autoria compartilhada e ética informacional. A educação do século XXI não se limita à aquisição de técnicas: ela se constitui como prática de resistência epistêmica e social.

As análises sobre soft skills e competências socioemocionais revelaram outra dimensão fundamental da formação contemporânea. Correia (2024) defende que habilidades como criatividade, empatia e comunicação precisam ser compreendidas não como acessórios ao currículo, mas como competências centrais para a construção de subjetividades críticas e solidárias em um mundo saturado de informações e disputas simbólicas.

Hungria e Victor (2024) aprofundam essa perspectiva ao afirmar que a formação para o pensamento crítico e a resolução de conflitos precisa ser estruturada em projetos pedagógicos éticos e políticos. A simples instrumentalização das competências digitais, sem sua articulação a finalidades emancipatórias, corre o risco de reforçar as lógicas de adaptação mercadológica em vez de formar cidadãos críticos e atuantes.

O debate sobre a formação docente na sociedade digital também atravessou as discussões. Bigarella e Paniago (2024) indicam que a Política Nacional de Educação Digital, ao enfatizar competências operacionais, corre o risco de reduzir a formação a um conjunto de habilidades técnicas, desconsiderando a necessidade de mediação crítica e curadoria ética da informação. A cidadania digital, nesse contexto, exige mais do que proficiência técnica: requer a construção de uma consciência crítica frente às tecnologias.

A discussão sobre ética e privacidade digital também se revelou central. Narciso et al. (2024) destacam que a escola precisa incorporar de maneira crítica a discussão sobre os riscos da vigilância algorítmica, da manipulação de dados e da erosão da privacidade, preparando os estudantes para atuarem de maneira ética e consciente no espaço digital. A cidadania na era informacional não é um dado, mas uma construção crítica permanente.

O papel da curadoria digital como prática pedagógica crítica foi reforçado nas análises. Araujo e Roncaglio (2019) identificam que a formação inicial docente ainda é incipiente no que diz respeito ao desenvolvimento de práticas de seleção, análise e organização crítica da informação digital. A curadoria educativa, entendida como prática formativa, resiste às lógicas da dispersão e afirma a educação como processo de construção compartilhada de sentidos.

A centralidade da curadoria também foi sublinhada por Rebelo e Moraes (2025), que propõem a curadoria como estratégia de resistência à superficialidade informacional e de

promoção de aprendizagens significativas. Em tempos de hiperconexão e excesso de dados, educar torna-se, cada vez mais, o ato de construir sentidos compartilhados e éticos a partir do fluxo incessante de informações.

O deslocamento da educação para um cenário hiperconectado não pode ser enfrentado com instrumentos de alfabetização herdados de uma outra temporalidade. Silva (2024) problematiza a ideia de que decodificar informações basta: formar na era digital exige ensinar a desconfiar dos fluxos, a interpretar suas opacidades e a reconstruir criticamente os discursos que moldam as subjetividades. Não há cidadania plena sem a capacidade de ler, interrogar e ressignificar as arquiteturas informacionais que nos atravessam.

Nas margens dessa disputa, Vasconcelos et al. (2022) tensionam o conceito de acesso digital, denunciando que ele permanece, muitas vezes, preso a lógicas assistencialistas. Apropriar-se criticamente das tecnologias significa mais do que possuir dispositivos: implica o direito de produzir sentidos, de disputar narrativas, de existir politicamente no espaço digital. Sem políticas públicas robustas e inclusivas, a cultura digital continuará a reproduzir — e aprofundar — as desigualdades sociais.

Alves (2021), por sua vez, sugere que as redes sociais, frequentemente vistas como espaços de dispersão, podem converter-se em territórios vivos de formação docente alternativa. Longe de propostas lineares ou programadas, essas experiências abertas evidenciam que a formação crítica também pode emergir de práticas de autoria, colaboração e transgressão criativa. Mais do que caminhos promissores, são pistas inquietantes para repensar a própria ideia de educar em tempos de circulação vertiginosa de saberes.

Considerações finais

A cultura digital, longe de configurar apenas um cenário tecnológico de fundo, reconfigura ontologicamente as formas de aprender, de ensinar e de ser no mundo. A educação, nesse novo ecossistema, é desafiada a repensar seus fundamentos, a reconstruir seus sentidos e a se posicionar criticamente diante dos fluxos incessantes de dados, imagens e discursos que permeiam a experiência contemporânea. A era da informação exige da escola não uma adesão superficial às tecnologias, mas um projeto formativo que coloque a ética, a autonomia e a autoria no centro da ação pedagógica.

Na trajetória desta análise, a formação para o século XXI se revelou um campo de disputas mais intensas do que se poderia supor. Não basta manipular dispositivos ou decifrar interfaces: o desafio é formar sujeitos que pensem contra a corrente, que leiam o mundo enquanto espaço de forças em tensão. Resistir à superficialidade, nesse contexto, não é opção estética; é estratégia de sobrevivência intelectual. A curadoria crítica da informação emerge, assim, não como habilidade complementar, mas como eixo vital da cidadania em tempos saturados de dados e narrativas fragmentadas.

A escola que deseja manter sua relevância histórica precisa abandonar a tentação de atualizar-se apenas tecnicamente. A atualização que se impõe é epistemológica, ética e política: formar sujeitos que não se limitem a consumir informações, mas que sejam capazes de interrogar suas origens, disputas e efeitos. A cultura digital não é neutra; ela é espaço de poder, de exclusões

e de possibilidades. Navegar por ela exige instrumentos de leitura crítica e práticas pedagógicas de resistência.

A dimensão ética do processo formativo adquire uma centralidade inescapável na era da informação. Quando dados são capturados, algoritmos moldam percepções e discursos são automatizados, ensinar a ler o mundo é também ensinar a desconfiar dele. A alfabetização crítica, neste contexto, é ato de insurgência contra a naturalização das tecnologias e suas lógicas de mercado. Educar é afirmar que há escolhas, que há sentidos a disputar e que há futuros a construir.

A escola contemporânea, para além da integração de dispositivos e plataformas, deve se assumir como espaço de curadoria crítica da informação. Esse gesto implica filtrar, analisar e reorganizar os fluxos informacionais, mas também construir novas ecologias cognitivas que valorizem a atenção, a profundidade e a memória. A formação para a cidadania digital passa, portanto, por práticas que ensinem a desacelerar, a hesitar e a construir sentidos contra a lógica da instantaneidade.

Frente às promessas sedutoras da personalização algorítmica e da gamificação da experiência educativa, resistir significa recolocar o encontro, a palavra e a coletividade no centro do ato pedagógico. A mediação humana, nesse cenário, não é obsoleta: é condição de possibilidade para a produção de sujeitos éticos, capazes de ler criticamente as mediações técnicas e de reconfigurá-las de modo emancipatório. A tecnologia, sem ética, dissolve-se em fetiche e submissão.

O debate sobre competências digitais não pode ser apartado da reflexão crítica sobre o tipo de humanidade que se deseja formar. Preparar para o mundo digitalizado não é apenas habilitar para a utilização de ferramentas; é formar para a liberdade de pensamento, para a criação compartilhada e para o questionamento dos regimes de verdade instaurados pela técnica. A escola, nesse sentido, resiste enquanto espaço de invenção coletiva de futuros possíveis.

Este percurso analítico reafirma que educar no século XXI é, acima de tudo, um ato de coragem. Coragem de enfrentar a complexidade do mundo hiperconectado sem reducionismos, de resistir à domesticação tecnológica e de afirmar a potência do pensamento crítico. Em meio aos ruídos da informação em excesso, a educação que se propõe a formar para a liberdade sustenta a pergunta, protege o inacabamento e insiste, contra todas as evidências, na possibilidade da transformação.

Referências

ALVES, Gabrielle de Souza. **A formação de professores na sociedade hiperconectada: alternativas emergentes para a internacionalização e apropriação de tecnologias digitais na educação.** 2021. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.

ARAUJO, Priscylla; RONCAGLIO, Cynthia. Possíveis relações entre o conceito de curadoria digital, gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais. *In: Congresso Internacional Isko Espanha; Congresso Isko América Latina*, 15.; 2., 2019, Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona: ISKO, 2019.

BIGARELLA, Nadia; PANIAGO, Maria Cristina L. **Política nacional de educação digital: implicações para a formação docente.** *Revista Cocar*, v. 18, n. 38, 2024.

CORREIA, Paula Suzana da Silva. Animação Sociocultural: Metodologia de Desenvolvimento das Soft Skills. **Quaderns d'Animació Sociocultural**, n. 40, p. 1–15, jul. 2024.

COSTA, Alan Ricardo; BEVILÁQUA, André Firpo; FIALHO, Vanessa Ribas; LEFFA, Vilson José. Práticas de curadoria digital de materiais de ensino na formação inicial de professores de línguas como atividade docente na cultura digital. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 123–141, 2023.

COSTA DA CIRCUNCISÃO, Janyelle; FARFAN BARROSO, Priscila. Cultura digital na educação: a importância da formação continuada para a prática pedagógica. **Communitas**, Rio Branco, v. 8, n. 19, p. 163–181, 2024.

FLORENCIANO, A. S. F. G. **Competências digitais de docentes após o ensino remoto de emergência**. 2022. Tese (Doutorado).

HUNGRIA, Felício Julio de Azevedo; VICTOR, Renata. Conectando soft skills ao processo pedagógico: desafios e tendências na educação do século XXI. **Vox Humana: Journal of Social Affairs**, v. 3, n. 1, 2024.

NARCISO, Rodi; SILVA, Ana Alice Uchôa da; BARROS, Aline Moura Rodrigues; COSTA, José Matheus Lopes; PEREIRA, João Antônio; ARAÚJO, Maria Noêmia Morais de; MEROTO, Maria Beatriz das Neves; MONIZ, Suelen de Oliveira. Ética e privacidade na educação digital: os desafios éticos e de privacidade no uso de tecnologias digitais. **Revista Foco**, v. 17, p. e4123, 2024.

SILVA, Michel Carvalho da. **É possível pensar em educação pós-digital numa sociedade hiperconectada? Uma crítica à alfabetização midiático-informacional**. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Univali, 2024.

SOUSA, Fabiano Monteles; MACIEL, Márcia Pereira; SÁ-SILVA, Jackson Ronie; SERRA, Ilka Márcia Ribeiro de Souza. **Cultura digital e formação docente**. **Caderno Pedagógicos**, v. 7, n. 2, 2024.

VASCONCELOS, Liliam; PRADO, Vaner do; BARBIERI, Nayah. Reflexões sobre a educação digital como direito fundamental para o exercício da cidadania. **Revista UNIFACS**, v. 26, n. 2, p. 45–60, 2022.